

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Casa, o anexo Projeto de Lei que **dispõe sobre a declaração de título de Utilidade Pública a “Associação Panorama da Sobriedade – APS”**.

Esclareço que incurso projeto de lei é de fundamental importância, uma vez que a Associação presta importantes serviços sociais a comunidade gloriense, exercendo um digno trabalho de resgate a cidadania de dependentes químicos, merecendo o devido reconhecimento e apoio.

Ao encaminhar o presente Projeto de Lei, pedimos **prioridade/urgência** para que a presente seja apreciada o mais breve possível. Esperamos contar com o apoio dessa Câmara, que se constitui em respaldo parlamentar essencial à implementação, viabilização e execução das ações do Poder Público Municipal permitindo a consolidação da construção de uma sociedade mais justa.

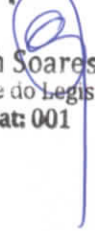
Submeto, assim, o presente Projeto de Lei à apreciação e deliberação dessa Câmara.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência e dignos Pares, protestos de elevada estima, consideração e apreço.


David de Souza Cavalcanti
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Gilmar Pereira Araújo
Presidente da Câmara Municipal de Glória
Glória/Bahia

Atesto o Recebimento Protº N.º 021
Em 12 de Novembro de 2018
Câmara Municipal de Glória - BA


Elisabeth Soares Silva
Assistente do Legislativo
Mat: 001

Prefeitura Municipal de Glória

Avenida Presidente Geisel, 48, Centro - Glória/BA - CEP: 48620-000

www.gloria.ba.gov.br | gabinete@gloria.ba.gov.br

Projeto de Lei nº 001 de 13 de março de 2018.

Dispõe sobre a declaração de título de Utilidade Pública a "Associação Panorama da Sobriedade – APS".

O Prefeito Municipal de Glória, Bahia, no uso das atribuições legais, submete à apreciação e votação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica declarado o título de Utilidade Pública a "**Associação Panorama da Sobriedade – APS**", inscrita sob o CNPJ 25.177.621/0001-80.

Art. 2º A entidade referida no art. 1º deverá apresentar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, até 30 (trinta) de janeiro de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente.

Art. 3º Será objeto de Lei revogando os efeitos da declaração de Utilidade Pública concedida à entidade, quando: I – deixar de cumprir a exigência do art. 2º desta Lei; II – substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos ou quando solicitados pela municipalidade, salvo este último por justo motivo; III – eleger nova diretoria após esta declaração de utilidade pública e deixar de comprovar a idoneidade moral de seus novos diretores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA
Em 13 de março de 2018



David de Souza Cavalcanti
Prefeito Municipal